



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

LDO

2020



CÂMARA MUNICIPAL DE IRITUIA
PALÁCIO "MAGALHÃES BARATA"

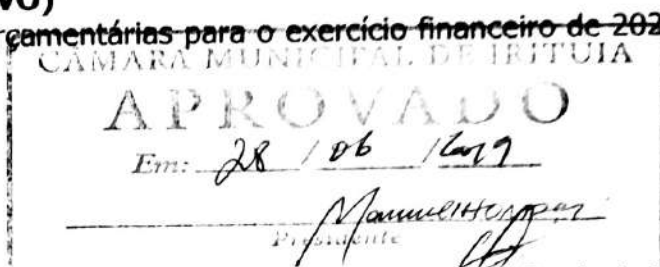
PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS; EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO; URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, TRANSPORTES E SISTEMA VIÁRIO; ECONOMIA E FINANÇAS; HIGIENE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO e MEIO AMBIENTE.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS

PROJETO DE LEI Nº 002/2019

ORIGEM: EXTERNA (PODER EXECUTIVO)

ASSUNTO: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências".



I - RELATÓRIO

Consta para análise na Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis, deste Poder Legislativo Municipal, o **PROJETO DE LEI Nº 002/2019, de 26 de abril de 2019**, de origem do Poder Executivo, que "**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências**".

II- ANÁLISE

O presente Projeto de Lei obedeceu à técnica legislativa.

Em trecho da mensagem encaminhada pela chefe do Poder Executivo, em sua justificativa sobre a LDO, a chefe do Poder Executivo manifestou-se:

(...)

"A LDO define as normas e diretrizes que orientarão a elaboração da LOA para o exercício financeiro de 2020, fixa as metas e prioridades da Administração Pública, dispõe sobre alterações na legislação, estabelece metas fiscais e os fatores que podem vir afetar as contas públicas."

(...)

Segundo o § 5º do art. 137 da Lei Orgânica do Município de Irituia, este reza o seguinte:

"Art. 137.

§ 5º A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá metas e prioridades da administração municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a



CÂMARA MUNICIPAL DE IRITUIA
PALÁCIO "MAGALHÃES BARATA"

elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária."

Eis a importância do Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias corroborada, outrossim, pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 57, § 2º.

As proposições contidas no Projeto de Lei se adéquam, portanto, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 101/2000, bem como a própria Constituição Federal.

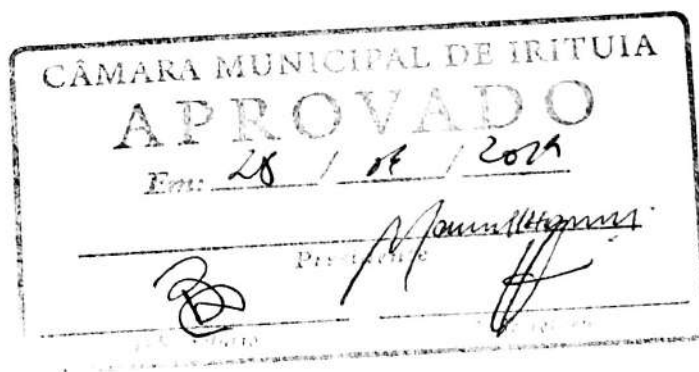
Ante o exposto, consideramos o Projeto de Lei constitucional, legal, e no mérito deve ser acolhido.

III- VOTO

Face ao exposto, considero o Projeto de Lei constitucional, legal, e no mérito, o acolho. **MEU PARECER É FAVORÁVEL A SUA APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.

Clebeson Castro dos Santos Silva
 Vereador/Relator



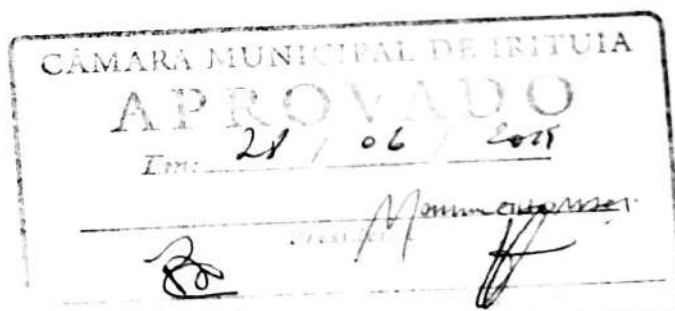
**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR
PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS**

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Lei opina unanimemente pela Constitucionalidade, juridicidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2019, de 26/04/2019.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.

Esdra Caitano de Medeiros
Vereador/Presidente

André Oliveira Silva
Vereador/Vice-Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE IRITUIA
PALÁCIO "MAGALHÃES BARATA"

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 002/2019

ORIGEM: EXTERNA (PODER EXECUTIVO)

ASSUNTO: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências".

I - RELATÓRIO

Consta para análise na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, deste Poder Legislativo Municipal, o **PROJETO DE LEI Nº 002/2019, de 26 de abril de 2019**, de origem do Poder Executivo, que "**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências**".

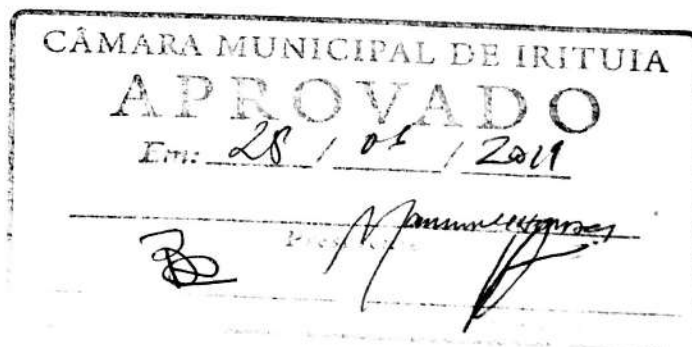
Portanto, a relatora desta Comissão opina pela aprovação do Projeto de Lei.

II- VOTO

Face ao exposto, **MEU PARECER É FAVORÁVEL A SUA APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.


Bárbara Helena Cordeiro Leal
Vereadora/Relatora





CÂMARA MUNICIPAL DE IRITUIA
PALÁCIO "MAGALHÃES BARATA"

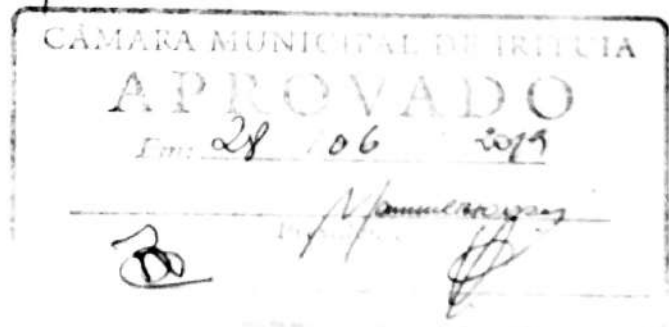
RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DA RELATORA
PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

A Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo opina em concordar na íntegra com o parecer da Relatora e pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2019, de 26/04/2019.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.

André Oliveira Silva
 Vereador/Presidente

Jorge Wilhans Pereira Lima
 Vereador/Vice-Presidente





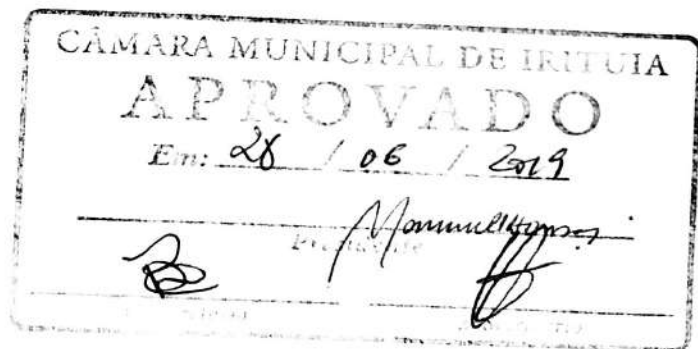
RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR
PARECER DA COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,
TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

A Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, Transporte e Sistema Viário opina em concordar na íntegra com o parecer do Relator e pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2019, de 26/04/2019.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 26 de junho de 2019.

Miguel Ângelo Cunha de Oliveira
Vereador/Presidente


Osvaldino da Silva Barbosa
Vereador/Vice-Presidente



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS**PROJETO DE LEI Nº 002/2019****ORIGEM: EXTERNA (PODER EXECUTIVO)****ASSUNTO: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências".****I - RELATÓRIO**

Consta para análise na Comissão de Economia e Finanças, deste Poder Legislativo Municipal, o **PROJETO DE LEI Nº 002/2019, de 26 de abril de 2019**, de origem do Poder Executivo, que "**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências**".

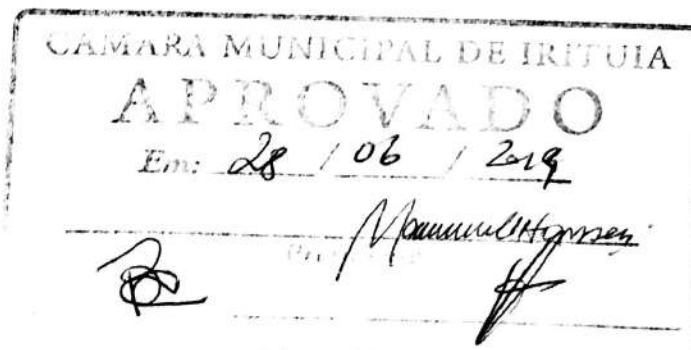
Portanto, o relator desta Comissão opina pela aprovação do Projeto de Lei.

II- VOTO

Face ao exposto, **MEU PARECER É FAVORÁVEL A SUA APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 26 de junho de 2019.


Ednelson de Oliveira Soares
Vereador/Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE IRITUIA
PALÁCIO "MAGALHÃES BARATA"

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR
PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS.

A Comissão de Economia e Finanças opina em concordar na íntegra com o parecer do Relator e pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2019, de 26/04/2019.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.

Manoel Agostinho Castro dos Santos
Vereador/Presidente

Esdra Caitano de Medeiros
Vereador/Vice-Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE IRITUIA
APROVADO
Em: 28 / 06 / 2019

PARECER DA COMISSÃO DE HIGIENE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**PROJETO DE LEI Nº 002/2019****ORIGEM: EXTERNA (PODER EXECUTIVO)****ASSUNTO: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências".****I - RELATÓRIO**

Consta para análise na Comissão de Higiene, Saúde e Assistência Social, deste Poder Legislativo Municipal, o **PROJETO DE LEI Nº 002/2019, de 26 de abril de 2019**, de origem do Poder Executivo, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências".

Portanto, o relator desta Comissão opina pela aprovação do Projeto de Lei.

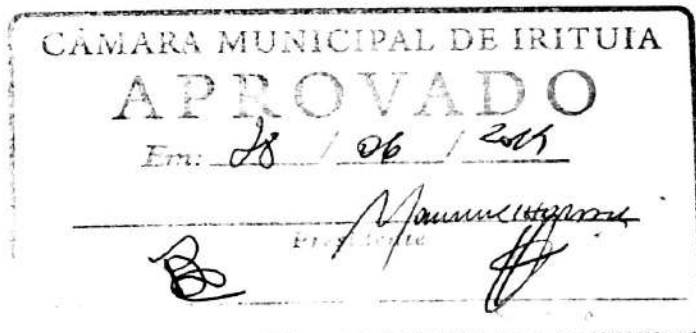
II- VOTO

Face ao exposto, **MEU PARECER É FAVORÁVEL A SUA APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.



José Ribamar da Silva
Vereador/Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE IRITUIA
PALÁCIO "MAGALHÃES BARATA"

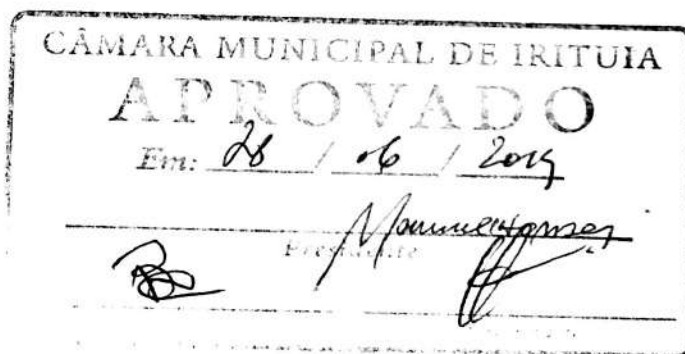
RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DA RELATOR
PARECER DA COMISSÃO DE HIGIENE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Comissão de Higiene, Saúde e Assistência Social opina em concordar na íntegra com o parecer do Relator e pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2019, de 26/04/2019.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.


Antônio dos Santos Soares
Vereador/Presidente


Bárbara Helena Cordeiro Leal
Vereadora/Vice-Presidente



PARECER DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

PROJETO DE LEI Nº 002/2019

ORIGEM: EXTERNA (PODER EXECUTIVO)

ASSUNTO: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências".

I - RELATÓRIO

Consta para análise na Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, deste Poder Legislativo Municipal, o **PROJETO DE LEI Nº 002/2019, de 26 de abril de 2019**, de origem do Poder Executivo, que "**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências**".

Portanto, o relator desta Comissão opina pela aprovação do Projeto de Lei.

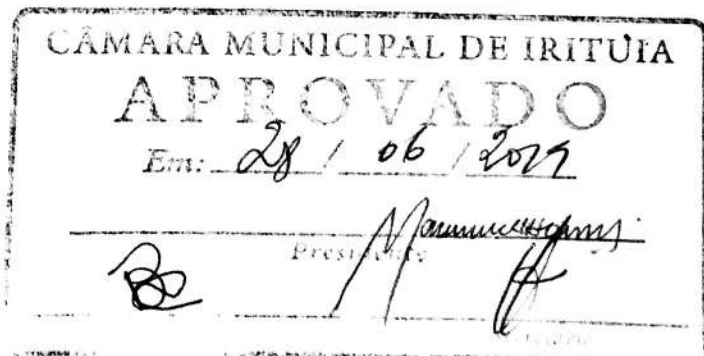
II- VOTO

APROVAÇÃO.

Face ao exposto, **MEU PARECER É FAVORÁVEL A SUA**

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.

Clebeson Castro dos Santos Silva
Vereador/Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE IRITUIA
PALÁCIO "MAGALHÃES BARATA"

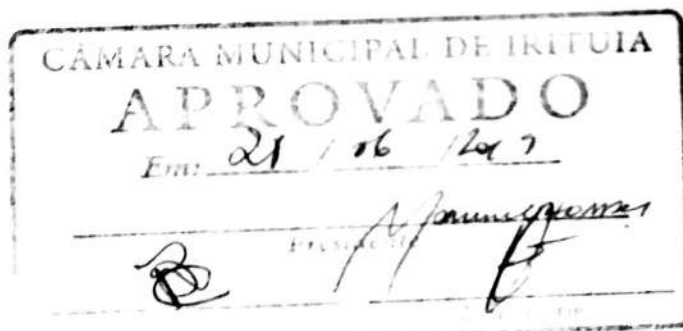
RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR
PARECER DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio opina em concordar na íntegra com o parecer do Relator e pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/2019, de 26/04/2019.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.

Bárbara Helena Cordeiro Leal
Vereadora/Presidente

José Ribamar da Silva
Vereador/Vice-Presidente



PARECER DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**PROJETO DE LEI Nº 002/2019****ORIGEM: EXTERNA (PODER EXECUTIVO)****ASSUNTO: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências".****I - RELATÓRIO**

Consta para análise na Comissão de Meio Ambiente, deste Poder Legislativo Municipal, o **PROJETO DE LEI Nº 002/2019, de 26 de abril de 2019**, de origem do Poder Executivo, que **"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências"**.

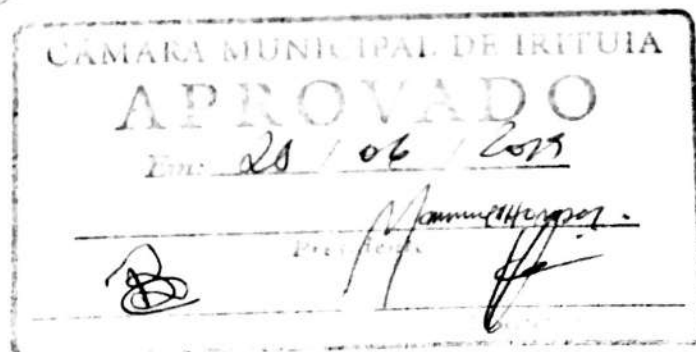
Portanto, o relator desta Comissão opina pela aprovação do Projeto de Lei.

II- VOTO**APROVAÇÃO.**

Face ao exposto, **MEU PARECER É FAVORÁVEL A SUA**

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.


José Ribamar da Silva
Vereador/Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE IRITUIA
PALÁCIO "MAGALHÃES BARATA"

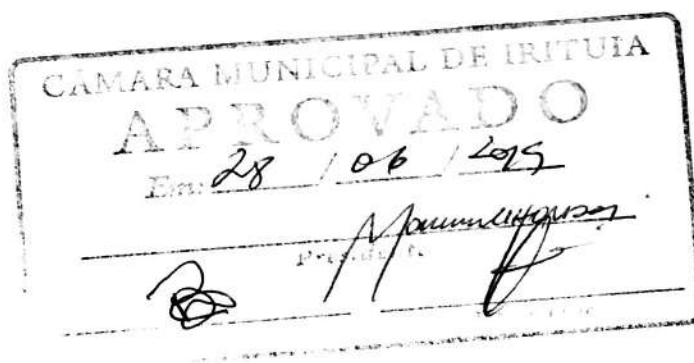
RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR
PARECER DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

A Comissão de Meio Ambiente opina em concordar na íntegra com o parecer do Relator e pela aprovação do Projeto de Lei nº 002/20179 de 26/04/2019.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 25 de junho de 2019.


Ednelson de Oliveira Soares
Vereador/Presidente


Antônio dos Santos Soares
Vereador/Vice-Presidente





PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

LEI Nº 411 /2019, DE 02 DE JULHO DE 2019.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Irituia, Estado do Pará, aprovou e a Prefeita Municipal sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e no inciso X do art. 73 da Lei Orgânica do Município de Irituia, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício financeiro de 2020, compreendendo as:

- I - Prioridades e metas da administração pública municipal
- II - Metas e riscos fiscais;
- III - Diretrizes gerais para o orçamento;
- IV - Das Transferências para as Organizações da Sociedade Cível;
- V - Disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VI - Disposições relativas à dívida pública municipal; e
- VII - Disposições finais.

CAPÍTULO II METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020, estruturadas de acordo com o Plano Plurianual 2018-2021, estão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

integrante desta Lei, as quais terão asseguradas a alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§1º. A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no caput deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - previsão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal e;

IV - conservação e manutenção do patrimônio público.

§2º. Poderá ser procedida a adequação das metas e prioridades de que trata o caput deste artigo se, durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2020, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos, mediante o envio da competente Mensagem na forma do art. 34 desta Lei.

CAPÍTULO III METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º. Integram esta Lei os Anexos referenciados nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 4º. Estão discriminados, em Anexo integrante desta Lei, os Riscos Fiscais, nos quais são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO IV DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO

Seção I Disposições Gerais

Art. 5º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual, que compreende o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social, será elaborado conforme as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidas no Plano



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUJIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

Plurianual 2018-2021, e nesta Lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 6º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual e nos quadros que o integram, serão elaboradas a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada.

Art. 7º. O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subsequente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 8º. A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

I - realização de receitas não previstas;

II - disposições legais em nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas; e

III - adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa, nos casos em que é dispensado de autorização legislativa.

Parágrafo único. A adequação da despesa à receita, de que trata o caput deste artigo, decorrente de qualquer das situações previstas nos incisos I, II e III, implicará a revisão das metas e prioridades para o exercício de 2020, da qual será dada a devida publicidade.

Art. 9º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, e no art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e será composto de:

I - texto da lei;

II - resumo da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

III - resumo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, segundo a origem dos recursos;

IV - resumo da despesa por função, segundo a origem dos recursos;

V - resumo da despesa por Poderes e Órgãos, segundo a origem dos recursos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

VI - resumo do quadro geral da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VII - quadro geral da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VIII - demonstrativo da receita por órgão;

IX - quadro geral da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão, segundo os grupos de natureza da despesa e fonte de recursos;

X - quadro geral da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão, segundo as categorias de programação, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação;

XI - consolidação dos quadros orçamentários.

§1º. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso XI deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III e parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

II - evolução da receita do Tesouro Municipal por categoria econômica e natureza da receita;

III - evolução da despesa do Tesouro Municipal por categoria econômica e grupos de natureza da despesa;

IV - demonstrativo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão e função;

V - demonstrativo da receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e seus desdobramentos;

VI - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

VII - consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais, segundo a categoria econômica, apresentados em ordem numérica;

VIII - demonstrativo de função, sub função e programa por projeto, atividade e operação especial;

IX - demonstrativo de função, sub função e programa por categoria econômica;

X - demonstrativo de função, sub função e programa conforme o vínculo com os recursos;

XI - demonstrativo da despesa de pessoal e encargos sociais por Poder, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo, não podendo exceder os limites estabelecidos na legislação aplicável;

XII - demonstrativo da aplicação anual dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal e dos arts. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como a aplicação dos recursos do FUNDEB, detalhando naturezas da receita e valores por categorias de programação, grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação;

XIII - demonstrativo da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, por categoria de programação, grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação, conforme Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, e Arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

XIV - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação, do grupo de natureza da despesa, da modalidade de aplicação e do orçamento a que pertencem; e

XV - demonstrativo dos projetos, por categoria de programação, que serão desdobrados em produtos e subtítulos, sempre que possível.

XVI - relação das ordens precatórias a serem cumpridas com as dotações para tal fim constantes da proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do § 5º do art. 100 da Constituição Federal;

§2º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

I - relato sucinto do desempenho financeiro da Prefeitura nos últimos dois anos e cenário para o exercício a que se refere a proposta;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

§3º. Os programas do governo serão detalhados por órgão da Administração Direta, Indireta e Fundacional, conforme o inciso III do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§4º. Os documentos referidos nos incisos deste artigo e nos do seu § 1º serão encaminhados em meio eletrônico, juntamente com o original impresso autografado pela Prefeita, na forma em que se constituirá na Lei de Orçamento, após aprovação pela Câmara Municipal.

§5º. O Poder Executivo enviará, também, à Câmara Municipal, juntamente com os documentos referidos no § 4º e igualmente em meio eletrônico, a despesa discriminada por elemento de despesa, com a finalidade exclusiva de subsidiar a análise do Projeto de Lei Orçamentária.

§6º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, bem como seus anexos, será disponibilizada à Câmara Municipal em meio eletrônico, juntamente com o original impresso e autografado pela Prefeita.

§7º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, bem como seus anexos, será disponibilizada pelo Poder Executivo na internet.

Art. 10. O Projeto de Lei Orçamentária Anual atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2020, que compreende os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e custeio de manutenção dos órgãos municipais.

Seção II

Diretrizes para o Orçamento

Subseção I

Organização, Estrutura e Elaboração do Orçamento

Art. 11. O Projeto de Lei Orçamentária Anual terá sua despesa discriminada por:

I - Unidade Orçamentária;

II - Função;

III - Sub função;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05 193 123/0001-00

- IV - Programa;
- V - Atividade, Projeto e Operação Especial;
- VI - Subtítulo;
- VII - Esfera de Governo;
- VIII - Fonte de Recursos;
- IX - Categoria Econômica;
- X - Grupo de Natureza da Despesa; e
- XI - Modalidade de Aplicação.

§1º. Os conceitos de função, sub função, programa, atividade, projeto e operação especial são aqueles dispostos na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§2º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas de resultado, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual por programas, atividades, projetos ou operações especiais e poderão ser desdobradas em subtítulos.

§4º. O subtítulo é o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação.

§5º. Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

- I - alterações do produto e da finalidade da ação; e
- II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§6º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub função às quais se vinculam.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

§7º. Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação são aqueles dispostos pela Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, com as suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, expressa por categoria econômica, indicando-se para cada uma, os grupos de natureza da despesa a que se refere.

Art. 13. Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social compreenderão a programação do Poder Legislativo, do Poder Executivo, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 14. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações nas áreas de assistência social, previdência social e saúde, obedecerá ao definido nos arts. 165, § 5º, III, 194, 195, §§ 1º e 2º, e 198, § 2º, III, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos Órgãos, Fundos e Entidades que integram exclusivamente esse orçamento.

Art. 15. O Orçamento da Seguridade Social discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União para o Município, para execução descentralizada das ações de saúde e de assistência social, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Subseção II

Alteração Orçamentária e Programação de Despesa

Art. 16. A abertura de créditos adicionais suplementares, nos termos estabelecidos em lei, mediante o cancelamento total ou parcial de dotações, por grupos de natureza da despesa, deverá visar à otimização dos objetivos das atividades-meio ou à viabilização dos resultados almejados nos programas e ser justificada sempre que as alterações afetarem a programação finalística do governo, discriminada no Anexo de Metas e Prioridades, na forma do Art. 2º desta Lei.

Art. 17. Na programação de novos investimentos dos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundos e Fundações, serão observadas as seguintes determinações do § 5º do art. 5º e do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000:

I - a conservação do patrimônio público e os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

II - não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotação destinada aos investimentos em andamento.

Art. 18. As despesas obrigatórias de caráter continuado definidas no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e as despesas de que trata o art. 18, relativas a projetos em andamento, cuja autorização de despesa decorra de relação contratual anterior, serão reempenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência orçamentária, mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos.

Art. 19. A execução orçamentária e financeira da despesa poderá ser efetuada de forma descentralizada, para atender à necessidade de otimização administrativa visando à consecução de um objetivo comum que resulte no aprimoramento da ação de Planejamento de Governo.

Parágrafo único. No caso da descentralização de créditos entre órgãos, a medida deverá ser explicitada e estipulada as obrigações recíprocas por meio de Deliberação ou Portaria de Descentralização Orçamentária.

Art. 20. Após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará, por unidade orçamentária de cada Órgão, Fundo e Entidade que integram os orçamentos de que trata esta Lei, o detalhamento da despesa, especificando para cada categoria de programação e grupos de natureza da despesa, os respectivos desdobramentos, para fins de execução orçamentária.

Art. 21. O detalhamento da despesa da Câmara Municipal, para fins de execução orçamentária, será aprovado e estabelecido por ato próprio de seus dirigentes, obedecidas as dotações constantes da Lei Orçamentária.

§1º. O Poder Legislativo fica autorizado a realizar aberturas de créditos suplementares, eventualmente necessários, durante o transcurso do exercício financeiro mediante remanejamento de suas próprias dotações.

§ 2º. Os créditos suplementares citados no §1º deste artigo serão abertos por atos próprios do Presidente do Poder Legislativo.

Art. 22. A Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020, conterà dotação para reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal equivalente a R\$ 468.565,50 (quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), que poderá ser utilizada para abertura de créditos adicionais e para o atendimento de passivos contingentes e outros risco e eventos imprevistos.

Subseção III

Disposição Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

Art. 23. O Poder Executivo e o Poder Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais o disposto na norma constitucional e nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, e a despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos na legislação vigente sobre a matéria.

Parágrafo único. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa com pessoal.

Subseção IV Precatórios e Sentenças Judiciais

Art. 24. O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, regularmente apresentados até 1º de julho de 2019 para pagamento no exercício de 2020, conforme determinações do § 5º do art. 100 da Constituição Federal, discriminados por Órgão da Administração Direta, Autarquias e Fundações, e por grupos de natureza da despesa.

Parágrafo único. Deverá ainda constar do Projeto de Lei Orçamentária, de forma destacada dos precatórios contidos no caput, a relação dos débitos resultantes dos parcelamentos de precatórios de exercícios anteriores.

Art. 25. A atualização monetária dos precatórios, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs 4357 e 4425, e das parcelas resultantes da aplicação do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias observará, no exercício de 2020, inclusive em relação às causas trabalhistas, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.

Art. 26. A Lei Orçamentária destinará dotação específica para pagamento dos débitos consignados em requisições judiciais de pequeno valor, na forma preconizada no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, bem como no inciso II do art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Seção III Das Vedações

Art. 27. Na programação das despesas, será vedado:

I - a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais suplementares, de quaisquer recursos do Município, para clubes e associações de servidores, e de dotações a título de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUÍIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, lazer e esporte que estejam registradas no Conselho de áreas afins.

II - pagamento, a qualquer título, a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviço de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

III - pagamento de despesas com pessoal, a qualquer título, com recursos transferidos pelo Município a entidades privadas sem fins lucrativos, sob a forma de contribuições, subvenções e auxílios.

Art. 28. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Seção IV **Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária**

Art. 29. As propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, a que se referem o inciso IV do art. 36 da Lei Orgânica do Município e os artigos desta Lei, somente poderão ser apreciadas se apresentadas com a forma e o nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei e a indicação dos recursos compensatórios correspondentes.

Art. 30. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei Orçamentária Anual devem atender às seguintes condições:

I - serem compatíveis com o Plano Plurianual e com as diretrizes e disposições desta Lei;

II - indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa;

III - não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:

a) pessoal e encargos sociais; e

b) serviço da dívida.

Art. 31. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica, despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de empréstimos internos e externos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

Art. 32. Por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, o Poder Executivo Municipal deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 33. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá a Prefeita enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos Projetos de Lei Orçamentária enquanto não estiver iniciada a segunda votação da parte cuja alteração é proposta.

Seção V

Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 34. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a austeridade necessária à obtenção das metas de resultado primário e nominal, em conformidade com o art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do caput deste artigo e nos termos das determinações constantes do art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, a redução far-se-á de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" do Poder Executivo, do Poder Legislativo, observada a programação prevista para utilização das respectivas dotações.

§1º. Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, de precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§2º. Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal, o montante que caberá a cada um destes na limitação do empenho e na movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo, bem como das premissas e da justificativa do ato.

§3º. O Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão divulgar os ajustes processados, discriminados por órgão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

§4º. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição far-se-á obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 36. Os métodos e processos de controle de custos serão praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, através de regulamento do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020, as categorias de programação por meio das quais serão executadas as despesas referentes aos projetos e às atividades-fim, deverão estar estruturadas de forma a permitir a efetiva contabilização dos custos das ações do Plano Plurianual cuja execução ocorra naquele exercício.

Art. 37. Em razão de eventuais descontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar Mensagem reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que tratam o § 5º do art. 166 da Constituição Federal.

Seção VI **Transparência da Gestão Fiscal**

Art. 38. Salvo as legalmente definidas como sigilosas, o Poder Executivo, para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, tornará disponíveis na internet, para acesso de toda sociedade, no mínimo, as seguintes informações:

- I - os Planos Plurianuais, Orçamentos e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - as Prestações de Contas e respectivos Pareceres Prévios;
- III - o Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
- IV - o Relatório de Gestão Fiscal.

CAPÍTULO V **Das Transferências para as Organizações da Sociedade Cível**

Art. 39. Os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social poderão executar seus programas de trabalho mediante transferência de recursos financeiros a entidades privadas, observadas a legislação vigente e a classificação da despesa na modalidade de aplicação 50, prevista no Anexo II, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

Art. 40. As transferências de recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil deverão ser realizadas conforme as regras dispostas pela Lei Federal nº 4.320, de 1964, e pela Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§1º. As transferências que trata o caput do artigo somente poderão ser destinadas as entidades privadas sem fins lucrativos.

§2º. Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput deste artigo, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar os documentos elencados na Lei Federal nº 13.019, de 2014, regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal.

§3º As transferências que trata o caput do artigo serão efetivadas através de convênios, termos de colaboração e termos de fomento.

§4º O beneficiário das transferências de que trata o caput deste artigo deverá estar regular em relação a regularidade fiscal e contribuições tributárias, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.

Art. 41. A Administração Pública Municipal poderá destinar recursos, por meio de auxílios financeiros ou materiais de distribuição gratuita, para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas, desde que devidamente comprovadas, constantes de programas sociais previstos em Lei.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - auxílios financeiros a pessoas físicas: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens;

II - material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesa com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

Art. 42. Os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderão executar seus programas de trabalho mediante transferências a título de concessão e permissão às entidades privadas de utilidade pública com fins lucrativos, mediante as condições dispostas na Lei Federal nº 8.987, de 1995, na Lei Municipal nº 8.847, de 2011 e no art. 175, parágrafo único, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal, observada a classificação da despesa na modalidade de aplicação 60, prevista no Anexo II, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

Art. 43. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do órgão municipal concedente e do Tribunal de Contas dos Municípios, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 44. As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal; e

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de Projetos de Lei encaminhados à Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício de 2019, especialmente sobre:

- a) reavaliação das alíquotas dos tributos;
- b) critérios de atualização monetária;
- c) aperfeiçoamento dos critérios para correção dos créditos do Município recebidos com atraso;
- d) alteração nos prazos de apuração, arrecadação e recolhimento dos tributos;
- e) extinção, redução e instituição de isenções de incentivos fiscais;
- f) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social;
- g) revisão da legislação sobre Taxas; e
- h) concessão de anistia e remissões tributárias.

Art. 45. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 40 ou estas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários, mediante decretos, na hipótese de previsão de despesa na Lei Orçamentária Anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

Parágrafo único. Os decretos referidos no caput deste artigo deverão informar o impacto dos ajustes necessários sobre as metas e prioridades da Administração.

Art. 46. Na aplicação de lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira dever-se-á observar a devida anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 47. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2019, sua programação poderá ser executada, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

§1º. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas de assistência social, previdência social, saúde, esportes e educação, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§2º. Não será interrompido o processamento de despesas com investimentos em andamento.

Art. 49. Respeitado o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, a criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções e aos acréscimos dela decorrentes.

§1º. Fica o Poder Executivo autorizado a elaborar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Administrativos Prefeitura Municipal de Irituia e de outros órgãos da Administração Indireta e Fundacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

§2º. Fica o Poder Executivo autorizado a revisar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Educação.

§3º. Fica o Poder Executivo autorizado a revisar o Regime o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Saúde.

§4º. Fica o Poder Executivo autorizado a revisar o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Irituia.

Art. 50. A Lei Orçamentária Anual, deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no percentual de 50% (cinquenta por cento) para o Poder Executivo e 100% (cem por cento) para o Poder Legislativo do total do orçamento do Município (art. 5º, III da LRF), e o para remanejamento até o limite do orçamento, destinado a atender a insuficiência de dotações orçamentárias entre ações de um mesmo programa no âmbito de cada unidade orçamentária.

Parágrafo único. Para cumprimento das determinações do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas irrelevantes as despesas inferiores aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 51. Será aberto crédito suplementar em favor do Poder Legislativo tão logo sejam divulgadas as diferenças correspondentes a eventual excesso de arrecadação em relação à previsão da Receita Tributária e das Transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizadas até 31 de dezembro de 2019, de modo a alcançar, até o final do exercício financeiro de 2019, o limite de 7% (sete pontos percentuais) do valor previsto no art. 29-A, inciso V, da Constituição Federal.

Art. 52. Fica autorizado o Poder Executivo a adequar as classificações das receitas, despesas e fontes de recursos, caso haja alterações das mesmas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 53. A Lei Orçamentária Anual fixará as despesas com publicidade para o exercício de 2020, de acordo com o estabelecido na Constituição Estadual e não excederão, no âmbito de cada Poder, a 1% (um por cento) do valor total do orçamento, devendo também, ser observado os demais diplomas legais que regulam a matéria.

Art. 54. O Poder Executivo buscará o aprimoramento do processo da participação e controle social do Orçamento Cidadão para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA
ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 05.193.123/0001-00

garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente.

Art. 55. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Irituia, Estado do Pará, em 02 de julho de 2019.

Atenciosamente,


Carmelina de Nazaré Monteiro da Costa
Prefeita Municipal de Irituia

REGISTRADA NA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PUBLICADA NO MURAL DA PREFEITURA DE IRITUIA, NA DATA 02/07/2019 CONFORME ART. 102 DA LEI ORGÂNICA DESTE MUNICÍPIO.

IRITUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2020

RS 1,00

AMF – Demonstrativo 1 (LRF art 48 § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	80.211.459,27	88.785.055,28	60,88	127,68	84.222.031,18	94.519.882,07	61,88	132,36	88.433.132,74	102.967.379,66	62,57	137,32
Receitas Primárias (I)	79.024.958,27	85.481.613,46	50,13	125,89	82.978.208,18	93.121.532,86	51,11	130,40	87.125.018,49	101.444.299,65	51,79	135,29
Despesa Total	79.742.895,77	86.258.209,33	60,58	128,83	83.730.040,56	93.987.636,79	61,58	131,59	87.919.542,59	102.366.885,39	62,28	136,52
Despesas Primárias (II)	79.322.895,77	85.803.863,65	60,32	128,16	83.289.040,56	93.472.618,64	61,31	130,86	87.453.492,59	101.826.731,75	61,99	135,80
Resultado Primário (III) = (I - II)	(297.937,50)	(322.280,19)	(0,19)	(0,47)	(312.834,38)	(361.083,98)	(0,19)	(0,49)	(328.479,09)	(382.482,11)	(0,20)	(0,51)
Resultado Nominal	1.781.753.553,47	1.927.329.945,61	1.130,19	2.833,87	1.870.841.231,15	2.099.585.059,71	1.152,44	2.940,14	1.964.383.292,70	2.287.235.474,42	1.167,79	3.050,40
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	912.605.478,61	967.168.996,63	578,88	1.451,60	958.235.752,64	1.075.397.225,71	590,28	1.505,93	1.006.147.540,17	1.171.510.852,75	598,13	1.562,40
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00

Fonte: FAPESPA/Relatórios da LRF

IRTUIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º § 2º inciso I)

R\$ 1 00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2018	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)-(b-a)	% (c)/a*100
I - Receita Total	72.759.157,66	47,71	127,67	52.864.171,12	34,67	103,52	(19.894.986,54)	(27,34)
II - Receitas Primárias (I)	72.621.682,64	47,62	127,43	52.775.669,63	34,61	103,34	(19.846.013,01)	(27,33)
III - Despesa Total	72.759.157,66	47,71	127,67	46.897.737,08	30,75	91,83	(25.861.420,58)	(35,54)
IV - Despesas Primárias (II)	72.364.357,66	47,45	99,46	46.309.792,90	30,37	90,68	(26.054.564,76)	(36,00)
V - Resultado Primário (I - II)	257.324,98	0,17	0,45	6.465.876,73	4,24	12,66	6.208.551,75	2.412,73
VI - Resultado Nominal	(2.796.390,39)	(1,83)	(4,91)	827.456.625,92	542,59	1.620,30	830.253.016,31	(29.690,17)
VII - Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	(2.796.390,39)	(1,83)	(4,91)	827.760.071,30	542,79	1.620,90	830.556.461,69	(29.701,02)

Fonte: FAPESPA/Relatórios da LRF

IRITUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 48 § 2º inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	2017		2018		2019		2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Total	48.116.667,52	9,87	52.864.171,12	10,16	76.381.866,02	44,61	80.211.488,27	5,00	84.222.031,18	5,00	88.433.132,74	5,00
Receitas Primárias (I)	47.813.188,81	10,16	52.776.688,63	10,16	76.281.866,02	42,81	78.024.958,27	5,00	82.876.206,18	5,00	87.126.016,49	5,00
Despesa Total	48.174.883,02	(4,83)	46.897.737,08	(4,83)	76.946.616,02	61,94	79.742.896,77	5,00	83.730.040,56	5,00	87.916.542,59	5,00
Despesas Primárias (II)	48.448.002,47	(4,42)	46.308.782,90	(4,42)	76.546.616,02	63,13	79.322.896,77	5,00	83.288.040,56	5,00	87.463.492,59	5,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	(936.836,69)	###	8.466.876,73	###	(288.750,00)	(104,39)	(297.937,50)	5,00	(312.834,38)	5,00	(328.476,08)	5,00
Resultado Nominal	(303.446,38)	###	827.466.626,92	###	1.666.908.146,17	106,08	1.781.763.663,47	5,00	1.870.841.231,16	5,00	1.964.383.292,70	5,00
Divida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divida Consolidada Líquida	(303.446,38)	###	827.760.071,30	###	869.148.074,87	5,00	912.006.478,61	5,00	988.236.762,54	5,00	1.006.147.540,17	5,00

ESPECIFICAÇÃO	2017		2018		2019		2020		2021		2022	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Total	48.636.304,82	10,72	54.846.577,54	10,72	78.466.178,81	44,87	86.766.066,28	9,20	94.619.882,07	8,94	102.987.378,96	8,94
Receitas Primárias (I)	48.326.806,23	11,00	54.764.767,24	11,00	78.278.866,81	42,96	86.481.913,46	9,20	93.121.632,66	8,94	101.444.269,86	8,94
Despesa Total	50.626.316,58	(3,89)	48.666.402,22	(3,89)	78.981.034,16	62,34	86.268.209,33	9,20	93.987.696,79	8,94	102.366.886,39	8,94
Despesas Primárias (II)	49.878.248,04	(3,87)	48.046.410,13	(3,87)	78.674.984,18	63,54	86.803.883,86	9,20	93.472.816,84	8,94	101.826.731,75	8,94
Resultado Primário (III) = (I - II)	(551.842,81)	###	8.708.347,11	###	(296.128,38)	(104,40)	(322.280,19)	9,20	(351.083,98)	8,94	(382.462,11)	8,94
Resultado Nominal	(312.387,02)	###	866.486.249,39	###	1.784.964.192,83	106,59	1.927.329.946,81	9,20	2.098.666.059,71	8,94	2.287.236.474,42	8,94
Divida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divida Consolidada Líquida	(312.387,02)	###	866.801.073,97	###	904.000.812,87	5,26	987.188.998,83	9,20	1.076.387.226,71	8,94	1.171.510.962,75	8,94

Fonte: FAPESPAV Relatórios da LRF

IRITUIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º § 2º inciso III)

R\$ 1,00

	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	(30.058.918,44)	100,00	(2.365.281,27)	100,00	(516.687,73)	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	(30.058.918,44)	100,00	(2.365.281,27)	100,00	(516.687,73)	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Fonte: FAPESPA/Relatórios da LRF



IRITUIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º § 2º Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
(I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (III)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2018	2017	2016
VALOR (III)	-	-	-

Fonte: FAPESPA/ Relatórios da LRF

IRITUIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art 4º § 12º inciso V)

R\$ 1,00

SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2020	2021	
TOTAL		0,00	0,00	0,00

Obs.: O município até a presente data não possui legislação aprovada, para que possa realizar refis ou qualquer outro programa que viabilize renúncia de receita.



IRITUIA**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

2020

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º § 2º inciso V)

R\$ milhares

EVENTO	VALOR PREVISTO 2020
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

IRITUIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2020

ARF (LRF, art 4º § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dividas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

